

Política



SONAR - A ESCUTA DAS REDES
Carlos Bolsonaro provoca Valdemar
 Filho de ex-presidente ironiza elogios que presidente do PL fez a Lula



NO BOLSO DAS IGREJAS

Governo suspende isenção fiscal em salário de líderes religiosos e amplia atritos com evangélicos

VICTÓRIA AREL E
 LUISA MARQUELLO
 publico@oglobo.com.br
 web@oglobo.com.br

A Receita Federal suspendeu um ato do governo Jair Bolsonaro, publicado em julho de 2022, que ampliava a isenção de impostos sobre salários pagos a líderes religiosos, como pastores. O cancelamento da medida, que garantia que contribuições previdenciárias e Imposto de Renda não incidissem sobre a remuneração, foi publicado ontem no Diário Oficial da União e causou imediata repercussão entre lideranças do segmento evangélico, abrindo nova frente de atrito com o governo Lula, a quem acusam de "perseguição".

O benefício dado pela gestão Bolsonaro às vésperas das eleições presidenciais havia sido assinado pelo então secretário da Receita Federal, Julio César Vieira Gomes. O tema estava sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e também da própria Receita, já que a concessão da isenção aos líderes religiosos foi considerada atípica porque não passou pelo crivo da Subsecretaria de Tributação da Receita Federal.

A partir de agora, valores pagos por igrejas a pastores e por instituições vocacionais voltam a ser considerados remuneração direta, o que exige o pagamento das contribuições previdenciárias. Anteriormente, eram tratados como remuneração somente as frações do pagamento referentes a aulas ou atividade laboral propriamente dita.

Os atos não tratam especificamente de igrejas evangélicas, mas a questão que deu origem à polêmica gira em torno da chamada prebenda, mas se denomina remuneração paga ao pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços.

Internamente, auditores da Receita entenderam que a prebenda era usada para distribuir valores de remuneração, mas sem pagamento de contribuição previdenciária, o que levava a atuação de alguns casos. O ato do governo Bolsonaro dizia que o pagamento de valores diferenciados, no montante ou na forma, "não caracteriza esses valores como remuneração sujeita à contribuição".

A revogação do ato representa novo desgaste para a relação do presidente Luiz



Convivência delicada. Sob a gestão de Lula, a Receita Federal suspendeu benefício tributário concedido a líderes religiosos, incluindo pastores evangélicos

Início Lula da Silva com a bancada evangélica.

— A esquerda acaba de dar um prato cheio aos religiosos. Essa é a prova de que eles odeiam os evangélicos e os religiosos — disse o líder do Frente Parlamentar Evangélica, deputado federal Sístenes Cavalcante (PL-RJ).

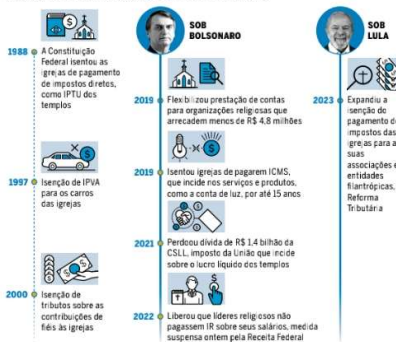
Fundador da igreja Sara Nossa Terra, o bispo Robson Rodolfo disse que o conteúdo de que pastores e padres têm salários é equivocado: — Temos prebendas missionárias, nem sempre fixas. Já se tem leis específicas sobre a imunidade, se alguém recorrer à Justiça, deve cair essa resolução da Receita.

HISTÓRICO DE BENEFÍCIOS
 Presidente da bancada evangélica no Senado, Carlos Viana (Podemos-MG) afirma que a gestão do petista utiliza as instituições para atacar quem discorda dele politicamente.

— A esquerda pratica o ditado: "Aos amigos tudo, aos inimigos a lei" — diz Viana. Apesar desse revés, o segmento religioso vem sendo beneficiado com isenções fiscais ao longo dos anos. O não pagamento de IPTU para templos, por exemplo, é previsto desde a Constituição Federal. Automóveis em nome de instituições re-

Reação: Sístenes Cavalcante, líder da bancada evangélica (à esq.), e o bispo Robson Rodolfo: "hoje criticam a Lula"

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS AO LONGO DOS ANOS



ATRITOS DA GESTÃO LULA COM SEGMENTO

1. Pasta destinada ao setor na Secretaria-Geral da Presidência não saiu do papel
2. Lula barrou recondução ao cargo de defensor público apoiado pela Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure)
3. No início da gestão, governo passou a adotar linguagem neutra, criticada por evangélicos, em alguns eventos oficiais
4. Governo fez parcerias com igrejas em projetos de combate à fome, mas deixou de fora representantes de igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo
5. Ministério da Saúde revogou portaria da gestão anterior que obrigava prévio aviso à Polícia em caso de aborto



REPRODUÇÃO/REUTERS

ligiosas não pagam IPVA.

Sob Bolsonaro, houve perdão de dívidas, flexibilização de prestação de contas para organizações religiosas que arrecadem menos de R\$ 4,8 milhões e isenção de ICMS por até 15 anos. Já no governo Lula, no escopo da Reforma Tributária, aprovada pelo Congresso no ano passado, a isenção do pagamento de impostos pelas igrejas foi expandida para as suas associações e entidades filantrópicas.

O benefício na Tributária, no entanto, não aplacou os ânimos entre evangélicos e Lula. Durante a campanha, o petista ainda tentou acenar para o segmento com a proposta de criar uma pasta dedicada ao setor, para melhorar o diálogo, mas o projeto não foi adiante. No Congresso, as pautas ideológicas, como a descriminalização do aborto e questões de gênero, botam os religiosos e o partido de presidente em lados opostos.

Mais recentemente, em dezembro, em mais uma tentativa de se aproximar dos evangélicos, o governo firmou parcerias em projetos de combate à fome com 27 agremiações religiosas, mas deixou de fora representantes de igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Ao GLOBO, lideranças afirmaram que sequer foram convidadas para a parceria.

Na Conferência Eleitoral do PT, realizada no fim do ano passado, Lula fez uma autocrítica e admitiu que a legenda não conseguiu ouvir nem dialogar com evangélicos e reforçou a necessidade de ir a igrejas conversar com padres e pastores.

RECOMENDAÇÃO DO TCU

O ato assinado pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, foi uma recomendação do Ministério Público Público (junto ao Tribunal de Contas da União). Em nota, o TCU disse que o caso está sob análise e que se manifesta "apenas por acordos ou decisões monocráticas".

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Mauro Silva, defendeu a decisão.

— O ato anterior (da gestão Bolsonaro) ocorreu em uma data inoportuna e mostrou uma dose de politização da Receita. O conteúdo não estava resolvido, várias decisões administrativas apontavam ao contrário. A questão agora é: por que suspenderam e não anularam logo? Deveria ter sido anulado, há muito tempo. De fato, tem risco para o Erário — afirma.

Se a medida tivesse sido anulada, haveria possibilidade de a Receita fazer cobranças retroativas, o que não ocorre na suspensão.



REPRODUÇÃO/REUTERS